

BECHARA, Evanildo (1996). *Luís de Camões: de Língua e de Linguagem*, Universidade do Rio de Janeiro-IL.

1. O Prof. Evanildo Bechara é um dos mais conceituados filólogos brasileiros, quer ao nível nacional, quer internacional.

De sua alta competência e nunca desmentido amor da língua portuguesa é, mais uma vez, testemunho este opúsculo de 80 páginas que deve estar nas mãos de quantos procuram aprimorar e aprofundar os conhecimentos do idioma pátrio.

Consta o presente trabalho dos seguintes ensaios: *Contribuições para um estudo da linguagem camoniana; Um aparente desconcerto de adjetivação em Camões e as áreas semânticas de puro n'Os Lusíadas; Considerações em torno dos Usus Scribendi de Luís de Camões.*

O primeiro estudo é reimpressão de artigo vindo a lume em *Littera*. set./dez., 1972; o segundo é extraído de *Confluência* n° 4. Rio de Janeiro, 1992; finalmente o terceiro é o texto da comunicação apresentada à VI Reunião Internacional de Camonistas, realizada na Universidade de Coimbra, de 16 a 19 de abril de 1996.

Qualquer um desses três estudos é magistral lição de um *expert* na opulenta seara camoniana.

No primeiro estudo ocupa-se Bechara com "erratas evidentes que escaparam nas duas edições [quinhentistas] do Poema [Os Lusíadas]": *Guido* por *Gnido*, *Empério* por *Empório*, *Pradupedante* por *Quadrupedante*, *Horríssimo* por *Horríssono*, *Os Pés* por *Aos pés*"; b) com o emprego de *tocar* no sentido de "aflorar"; c) com a mistura dos pronomes alocutórios *tu* e *vós* na mesma frase (estudo bastante original); d) com a fidelidade histórica do controvertido verso 5 da est. III, 65: "Sentiu-o a vila e viu-o a serra dela". No segundo, trata da aparente discordância semântica existente nestes versos de Camões: "Porque essas honras vãs, esse ouro puro / Verdadeiro valor não dão à gente" (IX, 93). No terceiro e último, ocupa-se Mestre Bechara com alguns casos do *usus scribendi* do Poeta na lírica e na épica. Inclui, todavia, preciosas observações sobre conhecida concordância ocorrente num dos versos de *O Hissope*, de Antônio Dinis da Cruz e Silva (séc. XVIII): "A nossa português casta linguagem", e também interpreta com muita argúcia a insólita colocação pronominal de Vieira numa de suas cartas, datada de Roma, "Me avisam", no que segue, aliás, as pegadas de seu mestre Said Ali. No tocante a Camões ocupa-se o Prof. Bechara: a) com as rimas repetidas na est. 71 do canto IV, (saíam/saíam); b) com as variantes *o doente / ao doente*, na Lírica, em canção que tem como primeiro verso "Com força desusada" (v.

73); c) com as variantes *-bil* e *-vel* de sufixos adjetivais (sempre *-bil* nos *Lusíadas*); d) questões ortográficas.

2. Farei a seguir alguns breves e cautelosos comentários, por estar pisando em terreno escabroso e escorregadio, o da Crítica Textual.

I) Quanto às erratas evidentes", penso que somente as três primeiras (*Guido* por *Gnido*, *Empério* por *Empório*, *Pradupedante* por *Quadrupedante*) podem ser assim classificadas. As correções *horríssonos* no lugar de *horríssimo* e *Aos pés* por *Os pés* são antes sugestões de especialistas.

II) Superlativo é grau de adjetivo e, com o radical *horr-* há vários adjetivos: *horrível*, *hórrido*, *horrífico*, *horríssonos*, *horroroso* (através de *horror*). Com o sufixo *-íssimo*, em nenhum deles chegaríamos a *horríssimo*. Como explicar então esse hápax no poema? Primeira hipótese: falha tipográfica. Camões teria escrito *horríssonos* (como, aliás, está pouco adiante em II, 100: *bombardas horríssonas*) e o compositor, por se tratar de termo inusitado na fala corrente, o teria substituído (ou mesmo *lido*, pois não é difícil confundir graficamente *-ssimo* com *-ssonos*) por *horríssimo*. Segunda hipótese: o Poeta queria realmente empregar uma forma superlativa, daí o hápax. Como, porém, a teria forjado? Ligar diretamente o sufixo ao radical, sem passar pela forma adjetiva? Quebravam-se cânones gramaticais, mas lucrava a criatividade poética. Vossler doutrinara: primeiro o estilo, depois a gramática. Contudo, mesmo não querendo transpor os lindes de alterações fonéticas já aceitas pelos tratadistas, poderíamos apelar para a síncope, como fez Agostinho Fortes em sua edição de *Os Lusíadas*: *horríssimo* seria forma sincopada de *horridíssimo*.

E que nos diz a Crítica Textual? As duas edições quinhentistas registram *horríssimo*. Então o que nos cumpre: respeitar o texto como nos foi transmitido (tradição impressa), ou alterá-lo para que se acomode aos cânones gramaticais? Faltam-nos manuscritos para o devido confronto e terá de entrar em ação a *emendatio* conjectural. Daí *horríssonos* que parece correção introduzida por Epifânio Dias (mas edições posteriores tendem a manter *horríssimo*). Cremos ser esta a melhor solução. Como se depreende, aliás, das seguintes considerações do Prof. Bechara:

Intimamente ligado à falta de estudos lexicais pormenorizados do português de outros tempos que nos impede de rejeitar, peremptoriamente, o vocábulo *horríssimo* da edição princeps, sob o pressuposto de que se trata de um hápax, (p. 15)

III) Em *Lus*, IX, 93, a expressão "essas honras vãs, esse ouro puro" tem causado estranheza a muitos leitores, dentre os quais ilustres filólogos.

É que não há aparentemente paralelismo semântico entre "honras vãs" e "ouro puro", aquela com sentido negativo, esta com sentido positivo, já que "verdadeiro valor não dão à gente". Por certo isso se compreende das "honras vãs", mas do "ouro puro", *limpo, sem jaça*? Sousa da Silveira (em *Estudos Camonianos*, p. 502-504. p. ex.) vê no passo citado o sentido de "mero, simples, só". É com esta significação que fica Mestre Bechara, para aplicá-la à solução do problema exegético que vinha atormentando categorizados intérpretes da epopéia camoniana, o que é de estranhar não haja feito o douto Sousa da Silveira. Pois, como observa o nosso Bechara, "... não atinamos com a razão por que o mestre não aproveitou esta acepção que tão bem conhecia, para aplicá-la ao *ouro puro* de IX, 93" (p. 51).

O adj. *puro* (com suas flexões) ocorre 26 vezes em *Os Lusíadas*, segundo a relação constante do conhecido *Índice Analítico*, de A. G. Cunha: 18 vezes posposto e 8 vezes anteposto. Sabe-se que a posposição, mais freqüente, tem o valor descritivo de "sem mancha, limpo, claro" (o que, é lógico, não impede empregos metafóricos), ao passo que a anteposição lhe dá o valor atributivo de "simples, exclusivo". Exatamente o que vinha dificultando o entendimento de *puro* em IX, 93, era o seu sentido atributivo, apesar da colocação posposta. Em *ouro puro*, porém, haverá exceção, pois os poetas gozam do privilégio da chamada "licença poética" (a rima, p. ex.)

Outros exemplos, igualmente camonianos podemos encontrá-los em V,48 e X,38. Respectivamente: "Ali, depois que as pedras abrandarem / Com lágrimas de dor, de mágoa pura (= de pura mágoa)," e "Chamam-lhe fado mau, fortuna escura / Sendo só Providência de Deus pura". Isto é, sendo puramente (= somente) Providência de Deus*.

Penso que também se há de atentar no sintagma "ouro puro", que reaparece em *Os Lusíadas* em IX, 87: "Pera o cume dum monte alto e divino, / No qual ua rica fábrica se erguia / De cristal toda e de ouro puro e fino". A expressão coordenativa "puro e fino" não deixa dúvida quanto a termos aqui em *puro* sentido positivo. Demais não se impôs nenhuma interferência rimática.

Algo também pede ser acrescentado no referente ao sentido de *ouro*. Ouro, *aurum*, é o metal reluzente, mas é também a moeda em que é cunhada, portanto o dinheiro, a riqueza material. Camões desejou aproximar duas coisas que não valorizam o ser humano: uma, de ordem moral (essas honras vãs), outra, de natureza material (esse ouro puro).

* A interpretação deste passo deve-se ao Prof. Sousa da Silveira (*Est. Cam.:* 503)

IV) A questão de *usus scribendi*, levantada a propósito do critério que vem sendo adotado pelo Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho em sua renovadora edição da *Lírica do vate imortal*, aparece a propósito das formas adjetivais em *-bil* ou *-vel*. Quanto aos *Lusíadas*, Epifânio Dias em sua edição do poema, "Registo Philologico", adverte: "Os adjetivos derivados terminados em *-vel* têm nos *Lusíadas* a forma latina *-bil (-bilis)*." Seguem-se exemplos. Nos textos líricos, porém, dá-se o contrário: é *-vel* que prevalece. Contudo em sua edição, e Prof. Leodegário prefere voltar à terminação alatinada. Comenta nesse ponto o seu colega Bechara:

Leodegário, rigorosamente de acordo com seu princípio de tomar, nas decisões relativas ao *usus scribendi* do poeta, o testemunho de *Os Lusíadas*, ao encontrar em manuscritos erigidos por básicos ou merecedores de crédito, lições discordantes, prefere rejeitá-las em favor da lição do poema épico. (p. 77)

E remete para *Sonetos*, t. 2, p. 329, cometendo pequeno lapso (talvez defeito de revisão), ao indicar t.2, quando se trata de t.1. Nesse local ocupa-se o Prof. Leodegário com a forma *absente* que ocorre no *Cancioneiro de Cristóvão Borges*, a qual, em seu texto crítico, substitui por *ausente*, e deste modo se justifica:

Assim, embora não haja, na poesia épica camoniana, a forma "absente", nem mesmo a forma "ausente", é de supor-se que o Poeta escreveria, por *usus scribendi* da época, a forma "ausente", em harmonia com "ausente".

Embora aqui mestre Leodegário não se refira explicitamente ao "testemunho de *Os Lusíadas*" (apela para *usus scribendi* da época), em outra parte do volume é mais categórico:

Por fim, note-se que, em LF, o *li* de *Assi...* aparece nasalizado, ao contrário de que se vê nos outros dois manuscritos e também em *Os Lusíadas*: "Quando Júpiter alto *assi* dizendo" (1, 28). E aqui se impõe, evidentemente, o *usus scribendi* do Poeta. (p. 151)

Está, portanto, posta a questão: manter a forma em *-vel* dos manuscritos ou substituí-la por *-bil*, para acompanhar o *usus scribendi* do Poeta, particularmente nos *Lusíadas*? O Prof. Bechara argumenta com a diversidade de gênero poético (épico e lírico), ponderando que: "Se o poeta preferiu, na épica, as formas alatinadas em *-bil*, isso não significa que, noutra gênero, não pudesse optar pelas formas com feição vernácula;"

Lembro, entretanto, uma *terza via*.

Na época de Camões, deviam concorrer as duas formas, p. ex., *possíbil* e *possível*, a primeira mais culta, a segunda coloquial. Camões, nos

Lusíadas, escolheu a forma em *-bil*, mais consoante com o "som alto e sublimado" de sua epopéia. A dúvida passa, no entanto, para a Lírica. Como falecem manuscritos autógrafos, não podemos saber se Camões teria continuado a preferir a forma culta também nesse gênero. Notemos que os ms. quinhentistas trazidos à colação na pág. 151 são tardios: M é dos fins de século e LF traz as datas-limite (1557-1589). Quanto ao *Cancioneiro de Cristóvão Borges*, embora venha com a data de 1578, estando o Poeta ainda vivo (expiraria em 1580), não há notícia de que dele tivesse Camões tido conhecimento. Por outro lado, é provável que, já para o final do século, o padrão culto houvesse adotado a final *-vel*, o que teria levado os copistas a acolherem. O mesmo diremos da edição princeps de 1595. Portanto podemos admitir que:

a) A mudança de *-bil* para *-vel*, na Lírica, quer porque o gênero fosse menos exigente quanto a sublimidade de linguagem, quer porque a terminação *-vel* já houvesse ascendido de nível coloquial ao culto, possa ter partido do próprio Poeta;

b) Tal inovação se deva atribuir aos copistas, dado que a terminação *-vel* já teria suplantado o alatinado *-bil* no próprio padrão culto;

c) Em originais perdidos tivesse o Poeta continuado a manter a terminação *-bil*, por julgá-la mais adequada ao padrão culto escrito.

Como decidir?

A Crítica Textual já se afastou da rigidez do primitivo método lachmiano. Hoje as variantes são acarinhadas e até elogiadas. No caso em tela, o peso histórico, por assim dizer, pende para *-vel*, já com base nas fontes manuscritas, já com apoio na tradição impressa. Por seu turno a opção por *-bil* se arrima no escrúpulo ecdótico de não infringir o princípio do *usus scribendi* do Poeta, dado que, à falta de manuscritos autógrafos, o pressuposto é que *Os Lusíadas*, publicados ainda em vida de autor, reflitam a linguagem escrita de Poeta, que teria entregue ao editor os respectivos manuscritos.

Grammatici certant, já advertira o prudente Horácio. Mas também *Philologi certant*; dogmas só em questão de Fé. Por isso, no campo científico todo debate é fecundo. Principalmente quando se trata de *coloro che sanno*. Mesmo porque *et adhuc sub iudice lis est*.

Sílvio Elia
